



## JUSTIFICATIVA PARA PREGÃO PRESENCIAL 002/2025

Trata-se de justificativa para utilização da modalidade de concorrência presencial em detrimento da eletrônica, conforme estabelece o §2º do art. 17 da Lei 14.133, de 2021, que assim dispõe: ***as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.***

Nesse sentido, verifica-se que a Lei de Licitações e Contratos Administrativos previu como regra a utilização da forma eletrônica nos procedimentos licitatórios, nada obstante, a própria norma traz a possibilidade de se adotar a forma presencial, desde que motivada. Há argumentos de diversos órgãos de controle interno e externo no sentido de que o Pregão na forma eletrônica acarreta redução significativa de preços em razão de atrair mais fornecedores, que não precisam arcar com custos de deslocamento, apenas para participar dos certames licitatórios. De fato, o formato eletrônico do Pregão, em algumas situações, é preferível ao presencial por uma série de fatores, entre os quais o incentivo ao aumento da competitividade do certame. No entanto o referido aumento de competitividade não determinará a celeridade e a eficiência de tal procedimento, pois muitas dúvidas surgirão referente ao objeto, que por consequência ocorrerão pedidos de informações, recursos administrativos e impugnações. Noutro ponto, o Pregão na forma presencial poderá possibilitar que sejam promovidos esclarecimentos de forma imediata durante a sessão da presencial, promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar o procedimento licitatório, verificação imediata das condições de habilitação e execução da proposta, manifestações recursais, proporcionando maior celeridade aos procedimentos, visto em regra, ocorrerem na própria sessão pública, sem prejuízo da competição de preços. Há de se ressaltar também que a opção pela



forma presencial não produz alteração no resultado do certame, não acarretando qualquer prejuízo à competitividade; inibi a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica e aumentaria seus custos. Além de tudo isso, a opção pelo Pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração, fixada pela Lei nº 14.133/21, não havendo ilegalidade na utilização na forma presencial, desde que justificado no procedimento administrativo e adaptando o sistema de gravação de áudio e vídeo da sessão, como prevê a lei, e foi realizado.

Salto do Jacuí, 20 de maio de 2025.

  
**ROGELIO ECKE**  
Secretário Municipal de Administração  
e Meio Ambiente  
Port. nº 008/2025 CPF 231.064.410-20